

As trabalhadoras informais da região central de Florianópolis/SC: os impactos da reestruturação produtiva nas relações de trabalho

Sonia Aparecida da Silva de Souza*
Liliane Moser**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo problematizar os impactos produzidos pelo novo paradigma de acumulação capitalista, no que tange a reestruturação produtiva, flexibilização e terceirização nas relações de trabalho junto as trabalhadoras informais localizadas nas ruas Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt no centro de Florianópolis/SC. O trabalho é resultado de um estudo etnográfico realizado em janeiro de 2013 com 08 trabalhadoras ambulantes e 06 empregadores de estabelecimentos do setor alimentício. O estudo revelou o aprofundamento da precarização do emprego formal que teve como consequência a migração das trabalhadoras terceirizadas para o campo da informalidade tornando-as mais vulneráveis e desprotegidas do ponto de vista dos direitos previdenciários e sociais.

Palavras chave: reestruturação produtiva; trabalho informal; divisão sexual do trabalho.

1 Introdução

As transformações ocorridas nos diversos campos da economia capitalista nas últimas décadas e que comprometem absolutamente a esfera do trabalho, tem sido associadas à manifestação de novos paradigmas de organização e gestão da produção e do trabalho, que visa um novo modelo de acumulação tendo como base o menor custo. Este processo de mudanças, identificado desde final dos anos 70 na indústria, ficou conhecido como reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva constitui na emergência de um novo padrão de acumulação que transforma e produz novos arranjos na esfera do trabalho e na classe trabalhadora. Tem como característica principal a busca exacerbada pelo aumento da produtividade e pela competitividade, o trabalho técnico altamente especializado,

* Aluna de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, participante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social – NISFAPS, email: sonia.asouza@hotmail.com

** Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, docente do Departamento e da Pós-Graduação em Serviço Social/CSE da UFSC, integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social – NISFAPS, email: liliane.moser@ufsc.br

possível, sobretudo pela robotização e informatização elevada, assim como a racionalização via redução de custos. De acordo com Bezerra e Neto (2008) estas transformações no mercado de trabalho no contexto da reestruturação capitalista ocasionaram múltiplos problemas nas condições sociais de existência dos trabalhadores (as), tais como desemprego, precarização, intensificação do trabalho, terceirização, trabalho informal e perda de direitos.

Além disso, o novo modelo de acumulação é perpassado e caracterizado pelas desigualdades de gênero, raça, etnia e de geração (ARAÚJO, 2007). A reconfiguração da classe trabalhadora alargou as desigualdades sociais e de gênero. Esta última ocorreu pela divisão sexual do trabalho que se apresenta na diminuição da contratação da mulher em algumas áreas do mercado formal, como forma de minimizar os encargos trabalhistas, uma vez que, em períodos gestacionais as mulheres se ausentam temporariamente de seus postos de trabalho, o que implica na contratação de trabalhadores(as) substitutos para cobrir o período de licença, gerando mais gastos a seus empregadores. Motivando a preferência dos empregadores em contratar trabalhadores homens.

Outro fator relevante é a inserção precoce de jovens entre dezesseis e vinte cinco anos no mercado informal ou subcontratados. Sem preparação para se inserir neste modelo de mercado cada vez mais seletivo e excludente o que de fato resta para essa gama de jovens que na sua grande maioria possui baixa escolaridade é o mercado da informalidade, ou o desemprego. Essa realidade é dicotomizada por aqueles trabalhadores e trabalhadoras que estão acima dos quarenta anos, identificados por Alves e Antunes (2004) como “herdeiros” do sistema Fordista e para tanto não se enquadram nos novos padrões de gestão econômica e de relações de trabalho, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era Toyotista, sendo estes, mais uma categoria de trabalhadores(as) que engrossam as filas do desemprego e postos de trabalhos informais. É nesta perspectiva que o estudo antropológico com as trabalhadoras informais situadas nas ruas Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt na região central de Florianópolis, buscou elucidar em suas relações e condições de trabalho, os impactos relativos ao modelo de reestruturação produtiva e as novas configurações do mundo do trabalho.

2 As características do trabalho informal no centro de Florianópolis

No que tange ao processo e aos impactos da reestruturação produtiva na cidade Florianópolis observamos que por se tratar de um pólo turístico e não industrial este processo se arranhou de forma peculiar. As modificações nas relações de trabalho não aconteceram no interior das fábricas e sim no setor de serviços dispostos nos setores alimentícios, lazer e outros. Para tanto as terceirizações tiveram um grande impacto, sobretudo na vida econômica das trabalhadoras que ocupavam e ocupam esses campos de trabalho. Em entrevista realizada com as trabalhadoras do calçado na Rua Felipe Schimdt, evidenciou-se que houve uma grande redução dos vencimentos mensais dessas trabalhadoras devido a inserção de empresas terceirizadas especializadas nas áreas de limpeza e zeladoria que prestam serviços em instituições públicas e privadas como escolas, creches, condomínios, clubes, hospitais universidades e outros estabelecimentos. Segundo as entrevistadas essa redução gira em torno de 60% em relação aos vencimentos integrais recebidos antes do estabelecimento de contratos de trabalho agora intermediados por tais empresas.

Essa drástica redução de salário levou a migração dessas mulheres ao trabalho informal como vendedoras ambulantes especialmente na venda CDs e DVDs piratas, alimentos diversos, roupas, meias, acessórios para a casa e material de cama, mesa e banho. A área de vendas está localizada nas calçadas das duas ruas principais do centro de Florianópolis. Algumas trabalhadoras se mantêm em seus postos de trabalho utilizando o contra turno do trabalho formal para a realização de vendas informais. Nesse sentido Araújo (2007, p.03) destaca que “na sua heterogeneidade, o processo de reestruturação produtiva tem uma nítida dimensão de gênero, pois seus efeitos perversos, desiguais e excludentes atingem de forma particular as mulheres”. Por isto homens e mulheres estão implicados de modo diferente neste processo de mudanças, vivenciam-no e o percebem de maneiras distintas.

A partir das constatações acima surge o seguinte questionamento: Qual o impacto que esses novos paradigmas exerceram na divisão sexual do trabalho? Para responder a esse questionamento é necessário ressaltar que faz parte do modelo de reestruturação produtiva as empresas reorientarem sua política de contratação tendo em vista à redução de custos. Sendo assim, compreendendo a realidade econômica de

Florianópolis engendrada por uma economia pautada no turismo tendo como pólo de trabalho a área de serviços, observou-se que grande parte das trabalhadoras e trabalhadores da região central concentram-se em duas áreas específicas de trabalho. O desempenho de atividades laborais em empresas terceirizadas e o trabalho no ramo alimentício em restaurantes e redes de FastFood.

O estudo realizado identificou que 80% das trabalhadoras ambulantes migram ou migraram de empresas terceirizadas ou de estabelecimentos no ramo alimentício. Uma das constatações do estudo foram que, as mulheres que ocupam os calçadões do referido centro fazendo do mesmo um meio alternativo de subsistência por encontrarem grandes dificuldades de permanência no mercado formal. Essas dificuldades mesclam além da baixa remuneração, as dificuldades de conciliar o trabalho e a vida familiar, principalmente as demandas de cuidado relacionadas aos filhos pequenos.

Outro elemento que ganha destaque nessa realidade, diz respeito às particularidades que envolvem o processo reprodutivo das mulheres, que acabam por pesar muito na hora da contratação de uma trabalhadora. Em entrevista com alguns empregadores do ramo de alimentos presentes nas lanchonetes, restaurantes e Redes de Fastfood localizados na região central da cidade, todos foram categóricos ao afirmar que não contratam mulheres em seus estabelecimentos devido aos altos custos de encargos trabalhistas com a categoria. Segundo os entrevistados, com a contratação de homens, as empresas e micro empresas não terão problemas com gastos em salários maternidade e com novas contratações de funcionários que cobrirão o tempo de licença da gestante.

Foi ainda identificado na fala dos empregadores, que a preferência masculina também ocorre devido ao fato das mulheres faltarem muito ao trabalho, essa constatação segundo os entrevistados, é motivada pela necessidade das trabalhadoras de cuidar dos filhos pequenos que ficavam doentes, ou por não haver creche em períodos de recesso escolar e feriados. Além disso, foi possível observar, que atrelada a todas essas dificuldades para a manutenção da mulher no mercado formal, ainda pesa muito o mito da fragilidade feminina. Em determinados tipos de estabelecimentos as mulheres deixam de ser contratadas porque alguns empregadores a julgam incapazes de manusear certos instrumentos, considerando tal tarefa, uma atividade para homens que “possuem” maior força física.

Tendo em vista o estudo realizado na cidade de Florianópolis evidenciou-se que as mulheres trabalhadoras foram as maiores impactadas pelo modelo de reestruturação flexível. Pode-se constatar, neste processo, que houve um número significativo de trabalhadoras, que além de terem a sua jornada laboral triplicada também sobreveio uma perda significativa de direitos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente (ALVES E ANTUNES, 2004).

Os múltiplos impactos sofridos pelas trabalhadoras nesse novo contexto econômico, que perpassam as relações de trabalho, recaem, fortemente sob suas famílias. A precarização das relações de trabalho se amplia à medida que, o trabalho informal, que tem como fator determinante na região a terceirização e a dificuldade de permanência da mulher no mercado formal, promove perdas de direitos trabalhistas e previdenciários (salvo as contribuições autônomas). Além disso, as trabalhadoras do mercado informal também sofrem com a falta de acesso a serviços sociais básicos relacionados às políticas de conciliação entre o trabalho e a vida familiar que assegurem maior número de vagas em creches, opções de contra turno escolar ou escolas em tempo integral. Tal demanda foi explicitada na fala das entrevistadas e através da realidade observada, visto que muitas trabalhadoras do calçadão levam seus filhos para os seus pontos de vendas. As trabalhadoras relataram que além de não terem acesso as garantias trabalhistas por conta do trabalho informal, há ainda o temor constante de terem seus filhos tomados pelo Poder Público, materializado pela ação dos Conselhos Tutelares.

Nesse contexto, explicita-se o Estado como um violador de direitos, que negligencia políticas públicas e sociais, responsabilizando a família, sobretudo a mulher para dar respostas as demandas familiares atreladas as relações de trabalho. Concomitante a esse Estado que não assegura direitos, há também um Estado culpabilizador e punitivo que aciona suas organizações, que em tese deveriam promover a defesa e proteção dos direitos sociais, para coagir e reprimir os cidadãos por ele mesmo desprotegidos.

Além dos determinantes supracitados, que permeiam e impactam negativamente a classe trabalhadora, sobretudo as mulheres, o estudo também forneceu elementos que evidenciam outro determinante intrínseco ao modelo de reestruturação capitalista capaz de impactar e reconfigurar as relações de trabalho. Que diz respeito a perceptível desarticulação da classe trabalhadora e a falta de adesão á organismos que norteiam e

hegemonizam a categoria, como por exemplo, a participação em sindicatos. As entrevistadas manifestaram desconhecer a organização sindical da categoria e as dificuldades de participação. Como desdobramento das tendências anteriormente apontadas, a fragmentação e heterogeneidade de classe é uma estratégia ideológica particular do capitalismo contemporâneo, que ganha força e legitimidade atuando de forma subjetiva na criação de novas necessidades, no consumo exacerbado, e na ausência de tempo por parte das pessoas.

Sendo assim, esses desdobramentos característicos do modelo de reestruturação produtiva acarretaram a nosso ver, uma forte tendência ao individualismo que refletem significativamente na falta de articulação de segmentos da classe trabalhadora com os sindicatos e movimentos sociais. Em contra partida tem havido também uma inserção significativa de trabalhadores do setor de serviços articulados aos sindicatos da categoria, outrora apontado por Alves e Antunes (2004, p.4).

Considerações finais

De modo geral, ao discutirmos os impactos da reestruturação produtiva sobre as trabalhadoras informais da região central de Florianópolis levamos em consideração as peculiaridades de nossa região, ressaltando que as características do novo modelo se apresentam no setor de serviços, considerando que a indústria não é o forte da capital catarinense. Dessa forma os impactos também se apresentam de forma peculiar, porém não tão menos impactantes. As constatações acima expostas corroboram para identificar os efeitos relativos ao modelo, materializado na precarização social, no desmonte dos direitos, na divisão sexual do trabalho, na desarticulação das forças produtivas e no deslocamento das mulheres para a informalidade. Considerando que o regime de acumulação flexível leva à intensificação da exploração da força de trabalho e a subcontratação, a análise empírica revelou o aprofundamento da precarização do emprego formal que teve como consequência a migração das trabalhadoras terceirizadas para o campo da informalidade tornando-as mais vulneráveis e desprotegidas do ponto de vista dos direitos previdenciários e sociais.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni, ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Revista Educação & Sociedade*, vol. 25, n. 87, Campinas/SP p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Trabalho, precarização e relações de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. GT: Trabalho, precarização e políticas públicas. Recife/PE, 29.05 a 01.06 de 2007. Disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?>

NETO, Luiz Bezerra, BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. Reestruturação produtiva, flexibilização e precarização social: impactos nos processos de escolarização dos filhos dos trabalhadores na indústria de semi-jóias. *Anais 6º Seminário do Trabalho*, Rede de Estudos do Trabalho, 2007. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalh>.